



Grupo de Produtores Florestais Certificados **GPFC**

Resumo Público do plano de **MANEJO FLORESTAL**

VERSÃO 10
2024 - 2025



A marca do manejo
florestal responsável



SUMÁRIO

ELABORAÇÃO	6
DISPONIBILIDADE PARA CONSULTAS	6
CONTATO	6
REVISÕES E ALTERAÇÕES	7
INTRODUÇÃO.....	7
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM FSC®- <i>Forest Stewardship Council®</i> e do PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification)	8
POLÍTICA	9
POLÍTICA DE COMPROMISSO COM A ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO.....	9
1.2 Localização Geográfica.....	12
1.3 O Programa de Fomento Florestal	14
1.4 Parceria Grupo de Produtores Florestais – GPFC e Sylvamo do Brasil.....	14
2. CONTEXTO REGIONAL.....	14
2.1 Histórico de Ocupações e Desenvolvimento de Minas Gerais	14
2.1 Histórico de Ocupações município de Juquitiba.....	16
2.2 Caracterização Socioeconômica.....	17
2.3 Caracterização Ambiental da Região	18
2.3.1 Meio Físico	18
2.3.2 Meio Biótico	21
2.3.3 Fauna e Flora	25
2.3.4 Caracterização da vegetação	25
2.3.5 Recursos Hídricos	26
2.3.6 Levantamento Meteorológico.....	28
3. GESTÃO FLORESTAL	28
3.1. Objetivos do Manejo Florestal.....	28
3.2. Base Florestal.....	29
3.3 Justificativa do Manejo Florestal	31
3.3.1 Tecnologia Florestal	31

3.3.2 Controle de Pragas e Doenças	31
3.3.3 Pesquisa e Desenvolvimento	31
3.3.4 Espécie	32
3.3.4.1 Eucalipto	32
3.3.5 Execução e Manutenção de Estradas	32
3.6 Operações Florestais	33
3.7 Aspectos e Impactos das Operações Florestais	33
4. Gestão Ambiental e Salvaguardas Ambientais	34
4.1 Atendimento a Situações de Emergência	34
4.2 Medidas de Proteção	34
4.2.1 Corredores Ecológicos	34
4.2.2 Placas preventivas e de advertência	34
4.2.3 Vigilância do empreendimento florestal	34
4.2.4 Proteção Contra Incêndio Florestal	35
4.2.5 Controle de Processos Erosivos	35
5. Gestão Social	36
5.1 Identificações de partes diretamente afetadas pelo manejo	36
5.2 Aspectos de Segurança e Saúde Ocupacional	38
5.3 Capacitação e Qualificação Profissional, Educação e Saúde	38
6 Plano de Monitoramento	39
6.1 Monitoramentos	39
6.1.1 Monitoramento de Impactos Ambientais e Sociais	39
6.1.2 Monitoramento de Produtos Químicos	40
6.1.3 Atendimento à legislação	40
7. AAVC - Áreas de Alto Valor de Conservação e Relevante Interesse Ecológico	41
7.1 Atributos para identificação de Áreas de Alto Valor para Conservação	41
7.2. Resultados AAVCs	41
7.2.3 Florestas Intactas (IFL)	45
8. Resultados de Monitoramentos	46

9. LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS	49
9.1 Marcos regulatório pertinentes em nível nacional	49
10. CONTROLE DE REVISÕES	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Municípios de Abrangência dos produtores florestais integrantes do GPFC.....	13
Figura 2: Caracterização da vegetação na região de abrangência do GPFC	24
Figura 3: Microbacia da região dos imóveis certificados.....	27
Figura 4- Distribuição espacial das Unidades de Manejo Florestal componentes do GPFC	30
Figura 5: Mapa das partes diretamente afetada pelo manejo do GPFC	37
Figura 6: Mapa das partes diretamente afetada pelo manejo do GPFC	37
Figura 7: Mapa das partes diretamente afetada pelo manejo do GPFC	38
Figura 8 - Mapa de Florestas Intactas (IFL).....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Dados Gerais dos Produtores Florestais integrantes do GPFC	11
Tabela 2- Dados socioeconômicos dos municípios onde estão inseridos os imóveis do GPFC	17
Tabela 3- Dados socioeconômicos dos municípios onde estão inseridos os imóveis do GPFC	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos, Impactos e suas respectivas Medidas Protetoras	42
Quadro 2 - Resultado dos monitoramentos realizados pelo GPFC	46

ELABORAÇÃO

2Tree Consultoria e Meio Ambiente LTDA

Elaboração: Equipe Técnica 2Tree Ambiental

Revisado por: Equipe Técnica 2Tree Ambiental

Versão 10

Telêmaco Borba - PR, 01 de setembro de 2025.

DISPONIBILIDADE PARA CONSULTAS

Este documento está disponível para acesso aos Produtores Florestais por meio de cópias controladas, entregues pelos representantes do Manejador Florestal – 2Tree Consultoria e Meio Ambiente Ltda. tanto em cópia impressa, quanto em cópia eletrônica – com revisões controladas.

Para conhecimento da comunidade, este documento e sua versão resumida (Resumo Público do Plano de Manejo Florestal) estará acessível através de solicitação por e-mail ao grupo de produtores, ou ainda através de solicitação formal aos produtores participantes e/ou empresa especializada contratada.

Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimento sobre as informações descritas, basta que seja efetuado contato através dos canais de comunicação disponibilizados:

CONTATO

E-mail: marceloprado@2tree.com.br

Telefone: (42) 3272-3275

(42) 99105-6763

Endereço:

2Tree Consultoria e Meio Ambiente

Avenida Guataçara Borba Carneiro, nº 167

Nossa Senhora de Perpétuo Socorro - Telêmaco Borba, PR

84.265-000

REVISÕES E ALTERAÇÕES

Este documento é revisado anualmente conforme procedimento PO-001 (Controle de Documentos e Registros). As revisões são disponibilizadas para o grupo certificado conforme a ocorrência de alterações ou necessidade.

Este documento é destinado as partes interessadas, de modo a informá-los acerca do processo de certificação e atividades vinculadas.

INTRODUÇÃO

O **Plano de Manejo do Grupo de Produtores Florestais Certificados – GPFC** sintetiza os programas, ações e procedimentos adotados pelo Produtor Florestal integrante deste grupo de certificação no manejo de seus plantios de Eucalipto. Concebido para servir como instrumento de informação, a publicação deste possui os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar de forma clara os compromissos do Produtor Florestal para as questões silviculturais, ambientais e Sociais, comprovando as boas práticas de manejo florestal adotadas, baseadas no conceito de sustentabilidade;
- b) Contribuir para a compreensão dos colaboradores de cada Produtor Florestal e demais partes interessadas sobre os aspectos técnicos, ambientais e sociais relativos ao processo de Gestão Florestal de seus projetos; e
- c) Servir como guia de Certificações Florestais, auxiliando as partes interessadas a identificar programas, procedimentos e documentos integrantes do processo.

A revisão deste Plano de Manejo ocorre anualmente ou quando houver mudanças julgadas necessárias, em função de resultados do controle e do monitoramento, de alterações significativas de atividades, responsabilidades e condições socioeconômicas ou ambientais da região onde cada Produtor Florestal está inserido.

Além das informações gerais, este Plano de Manejo do Grupo de Produtores Florestais Certificados, GPFC, possui referências a outros documentos, onde constam informações específicas que cada Produtor Florestal utiliza em seu projeto, com base no modelo de manejo florestal adotado pela fomentadora.

Neste Plano de Manejo Integrado também é feita referência à Sylvamo do Brasil devido a existência de parceria entre o Grupo de Produtores Florestais Certificados –

GPFC e a empresa fomentadora, especialmente no que tange aos requisitos técnicos do manejo florestal.

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM FSC®- *Forest Stewardship Council*®
e do PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification)**

Considerando a responsabilidade socioambiental dos produtores florestais integrantes deste grupo de certificação, aliado à qualidade de seus produtos e a segurança e saúde ocupacional de seus funcionários próprios e de empresas prestadoras de serviço, os produtores florestais declaram o seu compromisso formal com os Princípios e Critérios do FSC® – Forest Stewardship Council sua respectiva Cadeia de Custódia – CoC e do PEFC por meio da ficha de adesão ao grupo de certificação.

FSC® – Padrão para Certificação do Manejo de Florestas Plantadas

Princípio 1: Conformidade com as leis

Princípio 2: Direitos dos trabalhadores e condições de trabalho

Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas

Princípio 4: Relações com comunidades locais

Princípio 5: Benefícios da Floresta

Princípio 6: Valores e Impactos Ambientais

Princípio 7: Planejamento de Manejo

Princípio 8: Monitoramento e Avaliação

Princípio 9: Altos valores de conservação

Princípio 10: Implementação de atividades de manejo

ABNT – NBR 14789:2012 Manejo Florestal – Princípios, Critérios e Indicadores para Plantações Florestais

Princípio 1: Cumprimento da Legislação;

Princípio 2: Racionalidade no Uso dos Recursos Florestais a Curto, Médio e Longo Prazos, em Busca da sua Sustentabilidade;

Princípio 3: Zelo pela diversidade biológica;

Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar;

Princípio 5: Desenvolvimento Ambiental, Social e Econômico das Regiões em que se Insere a Atividade Florestal.

POLÍTICA

O **GRUPO DE PRODUTORES FLORESTAIS CERTIFICADOS (GPFC)** na sua atuação como fornecedores de madeira de Eucalipto adota os seguintes compromissos:

- Contribuição ao desenvolvimento sustentável regional;
- Valorização da atividade rural, através do múltiplo uso da propriedade;
- Promover o crescimento pessoal e profissional dos funcionários e produtores rurais e a busca da melhoria contínua das condições de trabalho, saúde e segurança;
- Responsabilidade socioambiental.

Para assegurar a incorporação destes valores, o GPFC desenvolve ações para que sejam reconhecidas e incorporadas os Princípios e Critérios do FSC® e do PEFC nas atividades de Manejo Florestal e de Cadeia de Custódia associadas aos seus plantios florestais de Eucalipto.

POLÍTICA DE COMPROMISSO COM A ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

O Grupo de Produtores Florestais Certificados (GPFC) reconhece que a integridade e a ética são pilares fundamentais para a sustentabilidade das atividades florestais. Adota, portanto, uma política de tolerância zero à corrupção, ao suborno e a quaisquer práticas ilícitas que comprometam a transparência ou a legalidade das operações.

Esse compromisso visa prevenir, identificar e punir qualquer ato que configure corrupção, favorecimento indevido, fraude ou vantagem obtida de forma antiética, em conformidade com a legislação brasileira:

- Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção Empresarial;
- Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa;
- Código Penal Brasileiro – Corrupção ativa e passiva.

A Fazenda compromete-se ainda a:

- Promover treinamentos e ações de conscientização sobre ética e conduta;
- Manter canais confidenciais e seguros para denúncias;
- Tomar decisões e executar processos internos pautados na legalidade,

responsabilidade socioambiental e boas práticas de governança.

POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE E PREVENÇÃO AO TRABALHO INFANTIL

O Grupo de Produtores Florestais Certificados (GPFC) adota uma postura firme contra qualquer forma de discriminação e trabalho infantil, garantindo um ambiente justo, seguro e respeitoso para todas as pessoas envolvidas em suas atividades. São diretrizes dessa política:

- Proibição de qualquer prática discriminatória, assédio ou conduta que comprometa a equidade;

- Vedação à contratação ou uso de mão de obra infantil, em conformidade com:

- Constituição Federal;
- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- Convenções nº 138 e nº 182 da OIT.

- Realização de ações de conscientização e treinamentos periódicos;
- Disponibilização de canais confidenciais para denúncias.

Essa política será objeto de revisão periódica, com envolvimento de partes interessadas, para garantir sua efetividade e alinhamento às melhores práticas nacionais e internacionais de sustentabilidade florestal.

1. QUEM SOMOS

1.1 Grupo de Produtores Florestais Certificados – GPFC

Os Produtores Florestais integrantes do Grupo de Produtores Florestais Certificados – GPFC tem por objetivo formar florestas de Eucalipto em propriedades rurais, na região Sul do estado de Minas Gerais e região do estado de São Paulo. O compromisso dos produtores em relação as boas práticas de manejo estão baseadas em premissas que consideram, entre outros fatores:

1. Estar adequado aos ditames dos órgãos ambientais, federais e regionais;
2. Observância aos critérios técnicos e ambientais adotados para os plantios de acordo com a assistência técnica prestada pela Sylvamo do Brasil aos Produtores Florestais integrante do Grupo de Produtores Florestais Certificados – GPFC;
3. Não possuir nenhum gravame que comprometa a propriedade e a posse do imóvel rural;
4. Regularidade da situação fundiária das propriedades;
5. Atendimento aos Princípios, Critérios e Indicadores das normas FSC® e PEFC.

Conforme Tabela 1 os Produtores Florestais integrantes do GPFC ocupam área total certificada de 2.476,25 ha e área plantada de 1.369,94 ha.

Tabela 1- Dados Gerais dos Produtores Florestais integrantes do GPFC

ÁREAS	HECTARES
Efetivo plantio	1.369,94
Remanescentes	904,15
Recuperação	25,89
Outros usos	175,86
Fora do escopo	9,71
Área Total Certificada	2.476,25

Fonte: 2Tree Ambiental

A fim de garantir a regularidade dos empreendimentos dos Produtores Florestais integrantes do GPFC é realizada, periodicamente, uma análise jurídico-fundiária de todos os imóveis que integram o grupo. Sendo realizado monitoramento periódico a fim de garantir a não ocorrência de quaisquer ações judiciais possessórias,

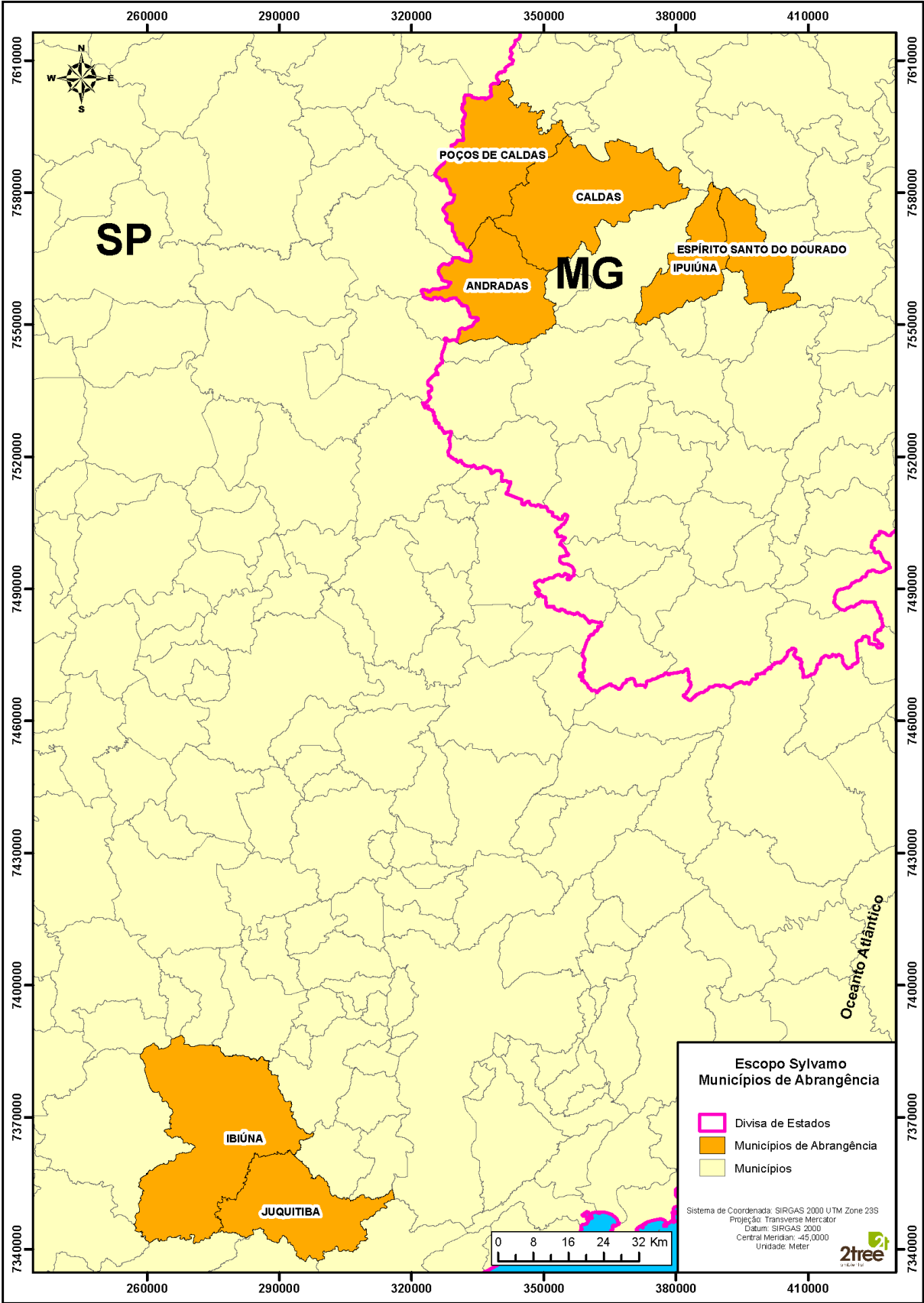
reivindicatórias ou discriminatórias promovidas pelo Estado ou particular, o que se perfaz com base nas certidões negativas forenses apresentadas na oportunidade da auditoria.

Além disso, verifica-se nas inspeções *in loco* a não ocorrência de qualquer terra invadida por movimentos sociais agrários, o que demonstra, de fato, não haver conflitos sociais de posse nas terras dos Produtores Florestais integrantes do GPFC.

1.2 Localização Geográfica

As áreas dos Produtores Florestais integrantes do GPFC, observa-se na Figura 1 que estão localizadas na região Sudoeste do Estado de Minas Gerais que estão distribuídas em cinco municípios mineiros, sendo eles: Espírito Santo Dourado, Ipuiúna, Andradas, Caldas e Poços de Caldas. E no município de Juquitiba, Estado de São Paulo.

Figura 1- Municípios de Abrangência dos produtores florestais integrantes do GPFC



Fonte: 2Tree Ambiental

1.3 O Programa de Fomento Florestal

O programa de fomento florestal, iniciado há 46 anos pela antiga IP – que teve seu nome atualizado para Sylvamo do Brasil – tem como principal objetivo social oferecer parceria para plantio florestal de espécies de Eucalipto aos agricultores, sendo essa uma alternativa de renda para permanência do homem no campo além de gerar renda a partir do múltiplo uso da propriedade, ambientalmente, reduz a pressão sobre as matas nativas, recupera as áreas degradadas, melhora a qualidade do ar e aumenta a biodiversidade local, geração de renda segura e uma melhora na qualidade de vida. Os produtores florestais do GPFC, são parte do rol de produtores beneficiados com esta ação.

1.4 Parceria Grupo de Produtores Florestais – GPFC e Sylvamo do Brasil

Devido a empresa Sylvamo do Brasil ser a parceira fomentadora dos empreendimentos dos Produtores Florestais integrantes do GPFC, aliadas à complexidade de alguns temas, certas atividades poderão ser realizadas em conjunto. Desta forma, serão compartilhados informações e relatórios de monitoramento, abrangendo temáticas como pesquisa, técnicas de manejo florestal, localizações e outros.

2. CONTEXTO REGIONAL

Para que seja possível contribuir com uma comunidade ou região é necessário inicialmente entender a maneira como a população local vive, buscando entender seus credos e crenças, costumes, gastronomia, clima e sequência de eventos históricos pelos quais o local passou até construir sua identidade atual.

Desta forma, fez-se uma análise minuciosa da região e dos aspectos que a compõe, para que a contribuição à sociedade que o grupo de produtores florestais pertence seja efetiva.

2.1 Histórico de Ocupações e Desenvolvimento de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais começou a ser explorado pela primeira vez no século XVI, quando os bandeirantes entraram na região à procura de ouro e pedras preciosas. No ano de 1720, Minas foi dividida em Capitania de São Paulo e Capitania de Minas Gerais, tornando-se o centro econômico da colônia. Com isso, houve grande

e rápido povoamento, mas a produção aurífera começou a cair somente 30 anos depois. No ano de 1750, Portugal começou a aumentar arrecadação dos impostos, e isso fez com que a população se revoltasse, surgindo então a Inconfidência Mineira.

Com a decadência do ouro, as vilas mineradoras foram se esvaziando, e as famílias e escravos foram levadas para outras regiões, passando assim a expandir as fronteiras da capitania. Houve uma estagnação econômica que durou o surgimento da atividade do café. A cafeicultura então se difundiu, sendo esta, a principal atividade econômica da região durante o Brasil Império. Esse fato foi o que deu origem ao primeiro surto de industrialização. Com empresas de pequeno e médio porte a indústria passou a se desenvolver em ramos alimentícios, têxteis e siderúrgicos, além de outros no setor agrícola, mas em menores escalas.

Em especial, a Região Sul e Sudoeste de Minas Gerais fora caracterizada pela colonização italiana e espanhola que na época buscavam clima adequado e terras férteis para iniciar a produção agrícola, principalmente voltada ao cultivo de batatas. Assim como as demais regiões, também fora tomada por bandeirantes paulistas, à procura de ouro nos vales do Sapucaí, Rio Verde e Rio Mandú. Com a fixação destes povos, começaram a ser formadas as vilas e arraiais, de modo que a produção agrícola e pecuária, foram a base para o desenvolvimento econômico e urbano da região.

Considerando os municípios de Ipuiúna e Espírito Santo Dourado, salienta-se a influência da religiosidade na formação das comunidades locais. No caso de Ipuiúna, a cidade desenvolveu-se no entorno da capela de São Benedito, com a instalação das primeiras residências e estabelecimentos comerciais. Hoje a Festa de São Benedito é umas das principais atrações turístico - religiosas da cidade, anualmente centenas de pessoas participam da comemoração. Já Espírito Santo Dourado, é marcado pela devoção dos bandeirantes que trouxeram, a imagem do Divino Espírito Santo esculpida em madeira como símbolo de fé, com isso a figura tornou-se padroeiro da cidade.

O povoamento que gerou a cidade de Andradas teve início no final do século XVIII e começo do século XIX (período da corrida pelo ouro, recém-descoberto na região central do Estado), mas o crescimento populacional se concentrou no final do século XIX e começo do século XX, em função da chegada de imigrantes estrangeiros, vindos das fazendas de café, sobretudo de São João da Boa Vista/SP, uma das cidades vizinhas. Os imigrantes italianos foram os mais numerosos, mas também

vieram espanhóis, gregos, libaneses, alemães, suecos e portugueses. Na década de 20, o topônimo Caracol foi alterado para Andradas, em homenagem ao ex-governador do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, natural de Barbacena. A cidade, na década de 50, juntamente com outras cidades mineiras, tentou se ligar, jurisdicionalmente, a São Paulo, haja vista que a cidade é bem mais próxima de São Paulo e de outros centros maiores (paulistas) que mineiros.

No período contemporâneo das minerações a preocupação dominante era a descoberta do ouro e, por esse motivo, a região de Caldas, que era pobre de minas, somente começou a ser ocupada mais tarde. Depois importantes acontecimentos podem ser assinalados na história local nessa época: a visita do Governador da Capitania e a execução de uma barreira, batizando a fronteira paulista. Pode-se dizer, assim, que o povoamento de Caldas sucedeu ao esgotamento das minas, caracterizado pela busca subsequente das pastagens, de que é particularmente rica a região. Com o advento da era do capim, valoriza-se a região que passa a ser conhecida pelo nome de “Campos de Caldas”. Finalmente, a decadência é o período que se iniciou no último quartel do século XIX, pois a curva de progresso, econômica e demográfica que começara no fim da era da mineração e subira rapidamente durante o estágio pastoril, começou a cair no “ciclo agrícola”, caracterizado pelo aparecimento das culturas fixas e a consequente buscas dos terrenos férteis.

2.1 Histórico de Ocupações município de Juquitiba

Os primeiros agrupamentos populacionais no território de Juquitiba surgiram ao longo de antigas trilhas utilizadas por indígenas, escravos e tropeiros, dando origem a bairros hoje existentes nas margens da Rodovia Régis Bittencourt. O principal deles, no entanto, surgiu por volta do ano de 1887, quando o fazendeiro Manoel Jesuíno Godinho e sua esposa construíram uma capela dedicada à Nossa Senhora das Dores e doaram dois alqueires de suas terras no entorno para moradores locais construírem suas residências. A partir de então, o povoado ali criado passou a ser conhecido como "Capela Nova da Bella Vista do Juquiá". Em 1907, esse povoado foi elevado à categoria de distrito do município de Itapeçerica da Serra, recebendo o nome de "Juquitiba".

A região, de difícil acesso à capital, teve suas primeiras estradas abertas com o objetivo de escoar a produção de carvão vegetal, que movimentou a economia local, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. Com a construção da Rodovia Régis Bittencourt, o acesso à Juquitiba pela capital foi facilitado, o que favoreceu sua emancipação em 1964. A instalação do município se deu em 28 de março de 1965, data em que passou a ser comemorado seu aniversário. Com o declínio da produção carvoeira a partir dos anos 1970, decorrente da diminuição de demanda pela universalização da energia elétrica, diversas áreas de produção passaram a ser loteadas para a venda de sítios e chácaras de veraneio, voltados majoritariamente ao público residente na cidade de São Paulo.

2.2 Caracterização Socioeconômica

A região onde estão inseridos os Produtores Florestais integrantes do GPFC está localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, conforme disposto anteriormente.

De modo a apresentar os dados de forma mais específica, nas Tabelas 2 e 3 estão os dados compilados relacionados aos principais parâmetros sociais e econômicos dos municípios de atuação destes produtores florestais.

Tabela 2- Dados socioeconômicos dos municípios onde estão inseridos os imóveis do GPFC

Município	Área territorial (Km²)	População estimada	Densidade demográfica (Hab./Km²)	Distância da Capital (Km)
Espírito Santo Dourado	263.879	7.132	25,05	400
Ipuíuna	298,195	9.283	30,63	337,11
Andradas	469,36	42.501	86,39	463
Caldas	711,414	14.628	19,98	434
Poços de Caldas	546,958	172.339	299,37	468,2
Juquitiba	522,20	27,969	52,48	70

Fonte: IBGE <<https://cidades.ibge.gov.b>>. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/>>. (2025)

Tabela 3- Dados socioeconômicos dos municípios onde estão inseridos os imóveis do GPFC

Município	Índice de Desenvolvimento Humano	Produto Interno Bruto (R\$)	Número empregos	Grau de urbanização (%)	Taxa de pobreza (%)
Espírito Santo Dourado	0,685	25.854,33	2.613	38	16,24
Ipuíuna	0,686	18.563,37	1.168	78,23	7,00
Andradas	0,734	28.386,06	10.574	75,20	2,51
Caldas	0,687	23.127,61	2.259	56,77	7,58
Poços de Caldas	0,779	50.234,29	-	-	13,21
Juquitiba	0,709	18.025,29	5.167	46,8	9,97

Fonte: IBGE <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/>>. (2025)

2.3 Caracterização Ambiental da Região

2.3.1 Meio Físico

A Bacia Hidrográfica a qual pertence o município de Espírito Santo do Dourado é denominada Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí. Sua área é de 8.882 km² e ocupa território de 48 municípios.

O relevo suavizado da região está condicionado a movimentos tectônicos mais estáveis. Os mares de morros, em sua maioria, formas de topo arredondado apresentam-se com vertentes côncavo-convexas e planícies aluvionares abertas, que constituem uma superfície cuja altitude predominante se encontra entre 1.000 e 1.100 metros. Na região ainda podem ser destacados a Serra da Mantiqueira, de Maria da Fé e da Bacia do Rio Turvo que sofreram soerguimento acelerado no Cenozóico, resultando em um relevo escarpado e vales encaixados.

A região das cabeceiras do Sapucaí apresenta características climáticas muito influenciadas pela orografia da Serra da Mantiqueira. As temperaturas médias anuais giram em torno de 13,4°C (Mesotérmico Médio), as chuvas são bem distribuídas em todos os meses do ano, apenas decrescendo no período de inverno, com precipitações superiores a 1.500 mm. Nas demais áreas da bacia, o clima é caracterizado pelo predomínio de temperaturas amenas durante todo o ano, com

médias entre 18°C e 19°C. As precipitações médias anuais tendem a ser ligeiramente inferiores a 1.500 mm, podendo ocorrer 1 ou 2 meses sem chuva.

Várias classes de solos ocorrem na área da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí sendo observada uma correspondência direta de sua ocorrência com a topografia local. São os tipos mais comuns de solo que compõe a bacia: os Latossolos (mais recorrentes), Cambismicrobacaís e solos Aluviais.

O município de Ipuíuna pertence a Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo com área aproximada de 5.983 km² distribuída por 25 municípios.

Sobre o ponto de vista geológico, envolve uma complexa associação de rochas cristalinas com idades de formação distintas e intensamente deformadas por eventos tectônicos. A complexidade das formações litológico-geológicas resulta em uma província extremamente rica em recursos minerais.

O relevo é constituído por três unidades geomorfológicas: Planalto Alto Rio Grande, Planalto de Poços de Caldas e Serras da Mantiqueira/Itatiaia e também fazem parte de três domínios morfoclimáticos: a faixa de transição entre os Chapadões Tropicais Interiores com Cerrados e Florestas-Galeria e o Domínio de Mares de Morros Florestados.

As altitudes situam-se entre 674 m nas áreas mais a oeste, chegando a 1.220 m na direção norte. Possui dois climas característicos predominantes, o clima Tropical e o clima Tropical de Altitude. Com temperaturas amenas com poucas variações e além de chuvas no verão e seca no inverno.

O município de Andradadas está localizado na Bacia do Rio Grande, que totaliza uma área de drenagem de aproximadamente 5.964 km², composta por 27 municípios.

Contempla sistemas aquíferos como o Gnáissico-Granítico e Basáltico. Sistema Gnáissico-Granítico: em termos de aquíferos em rochas fraturadas, este sistema é o que predomina no Estado, ocupando quase todo o Sul de Minas Gerais, prolongando-se a leste do Estado até a Bahia.

A profundidade do fraturamento é variável, podendo alcançar valores superiores a 100 m, além de baixa capacidade de produção de água; Sistema Basáltico: são formações verificadas na região do Rio Grande e Paranaíba, inclusive nos seus leitos, por meio de afloramentos do Basalto. São aquíferos considerados produtivos.

Nota-se que grande parte do município possui relevo com declividades que vão de 8% a 45%, que corresponde a terrenos ondulados e fortemente ondulados, sendo

a área total de 469,37 km², com declividades do relevo dividida em: relevo plano 39,53 km² (8,42%); suave ondulado 87,30 km² (18,60%); ondulado 160,37 km² (34,17%); forte ondulado 147,57 km² (31,44%); e montanhoso 34,59 km² (7,37%).

Em relação aos solos dessa região há predominância das características dos Cambissolos háplicos distróficos (CXd) e Latossolos vermelhos distróficos (LVd).

A região de Caldas pertence à Bacia do Rio Paraná, Sub-bacia do Rio Grande. Os principais rios da região são Rio Verde, Ribeirão da Pedra Branca e Ribeirão dos Bugres. Esta região representa uma importante área de recarga dos aquíferos profundos. Caldas é conhecida pela presença de diversas fontes de águas sulfurosas e termais.

Em relação ao relevo o maciço da Serra da Pedra Branca localiza-se no extremo ocidental da Serra da Mantiqueira, na borda sudeste da caldeira vulcânica de Poços de Caldas, unidade geomorfológica denominada Planalto de Poços de Caldas, abrangendo os municípios de Caldas, Santa Rita de Caldas e Ibitiúra de Minas, na Região Sul de Minas Gerais. Apresenta aproximadamente 17 Km de extensão, disposta em um arco no sentido norte-sul.

A área apresenta solos típicos de região serrana em relevo montanhoso e escarpado: Solos Litólicos (neossolos). Basicamente as seguintes classes de solo podem ser encontradas: Cambissolo com textura argilosa e Podzólico Vermelho-amarelo com argila de atividade baixa e textura média e argilosa, ambos com horizonte A moderado e proeminente. Todos são solos álicos, ou seja, com alto teor de alumínio.

A região de Poços de Caldas pertence à Bacia do Rio Paraná, Sub-bacia do Rio Grande. No território da Cidade destacam-se o Rio Pardo, o Rio Lambari, o Ribeirão das Antas e os córregos da Serra e de Caldas, que cortam toda a zona urbana do Município, o Ribeirão do Cipó e o Ribeirão da Ponte Alta que forma a represa Saturnino de Brito.

O município situa-se num planalto elíptico, com área aproximada de 750 km², altitude média de 1300 m e campos suavemente ondulados. É rodeado de montanhas com altitudes entre 1600 m e 1800 m.

Os solos têm características geologias diversas. São formados por extensa intrusão de rochas alcalinas (sienitos nefelínicos), circundados por formações arqueanas. Em geral são argilosos, com pequenas ocorrências de arenito e a presença de jazidas de bauxita e argila refratárias. Há grandes reservas de minérios

ferrosos, não ferrosos e radiativos. A morfologia poço-caldense mostra a seguinte conformação topográfica Relevo plano 7%, ondulado 57% e montanhoso 36%.

É limitado ao Norte pela Serra de São Domingos, ao Sul pela Serra do Gavião e a do Caracol, pela face Oeste a Serra de Poços de Caldas é limitante e a Leste, a Serra do Selado e o Serrote do Maranhão.

O município de Juquitiba possui uma área de 521,598 km². Seus limites são Ibiúna a oeste e norte, São Lourenço da Serra e Embu-Guaçu a nordeste, São Paulo a Leste, Tanhaém a sudeste, Pedro de Toledo e Miracatu a sul. Localizado no sudoeste da região metropolitana de São Paulo, está na Sub-bacia do Rio Juquiá, afluente do Rio Ribeira do Iguape. O clima é classificado como Cwa, verões úmidos e invernos amenos, de acordo com a escala de Koeppen. Não há déficit hídrico no solo. As temperaturas média, mínima e máxima do município são, respectivamente, 20,3, 16,4 e 23,6 o C. A mínima verificada foi igual a 9,5 o C e a máxima, 29,1 o C.

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico Andradas/MG. Produto 7, Relatório Síntese. 2017. Disponível em: <http://www.andradas.mg.gov.br/downloadsOficiais/124-plano_saneamento.compressed.pdf>. Acesso em: 06 de abril, 2020.

REZENDE, Munike Gonçalves de et al. Flora vascular da Serra da Pedra Branca, Caldas, Minas Gerais e relações florísticas com áreas de altitude da Região Sudeste do Brasil. Biota Neotrop., Campinas, v. 13, n. 4, p. 201-224, Dec. 2013.

IBGE 2021, Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=450017&view=detalhes>. Acesso em 19/10/2021. ²Prefeitura Municipal de Poços de Caldas: <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/relevo/>. Acesso em 19/08/2021.

2.3.2 Meio Biótico

A cobertura de vegetação nativa no município de Espírito Santo do Dourado, corresponde a 45,36 ha de Campo e aproximadamente 2.819,94 ha de Floresta Semidecídua. Considerando a formação vegetacional de maior ocorrência no município, a Floresta Semidecídua, têm-se como principal característica a dupla estacionalidade climática. Geralmente as gemas foliares são protegidas da seca por escamas, também há perda de folhas do conjunto florestal entre 20 e 50%.

Quanto a caracterização da vegetação na região de Ipiuína, podem ser identificadas duas fitofisionomias: A Floresta Estacional Semidecidual Montana, que se caracteriza por apresentar sazonalidade distinta ao longo do ano – uma no verão,

com chuvas intensas e outra no inverno, com seca fisiológica provocada pela temperatura média inferior a 15°C e; Os Campos, que são caracterizados por vegetação herbácea e ocorrem em afloramentos graníticos e gnáissicos, formando um relevo com fisionomia muito variável, entre compacta e contínua até rala e descontínua.

Em relação a vegetação há predomínio de espécies clímax e baixa abundância de espécies pioneiras. A vegetação predominante são as pastagens e as matas ciliares. Já nas regiões de planalto a vegetação natural é o campo de altitude, com plantas rasteiras. Há na cidade pequenas reservas de matas tropicais, vegetação original da região.

A vegetação da região faz parte do Domínio Atlântico e é constituída por um mosaico de fisionomias incluindo Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana (FOD), Floresta Estacional Semidecidual Montana (FES), fragmentos de Floresta Ombrófila Mista (FOM), campos de altitude com afloramentos graníticos e áreas antropizadas.

O campo de altitude e as áreas antropizadas ocupam aproximadamente 70% da área, não sendo possível fazer uma delimitação clara entre os dois ambientes, devido à ação antrópica e à prática da pecuária, causando extensos danos às áreas naturais. Os 30% restantes estão distribuídos pelas fisionomias florestais em vales entremeados às áreas campestres: a FES ocorre em cotas altimétricas mais baixas, entre 1000 e 1500 m.s.m., enquanto a FOD ocorre acima dos 1500 m.s.m., com fragmentos esparsos de FOM em cotas altitudinais similares.

O clima da região é tropical, mesotérmico brando úmido, do tipo Cwb pela classificação de Köppen-Geiger que se caracteriza por apresentar estações bem definidas (verão chuvoso e inverno seco). O índice pluviométrico anual é de ca. 1500 mm e a temperatura média anual é 18,2°C.

A vegetação da região faz parte do Domínio Atlântico e é constituída por um mosaico de fisionomias incluindo Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana (FOD), Floresta Estacional Semidecidual Montana (FES), fragmentos de Floresta Ombrófila Mista (FOM), campos de altitude com afloramentos graníticos e áreas antropizadas. As fitofisionomias que predominam sobre a regiam qualificam-se entre as classes de Savana e Floresta Ombrófila Semidecidual.

A floresta tropical que circunda a cidade é de pouca densidade e permite boa entrada de luz solar, o que favorece o crescimento de vegetação arbustiva e herbácea.

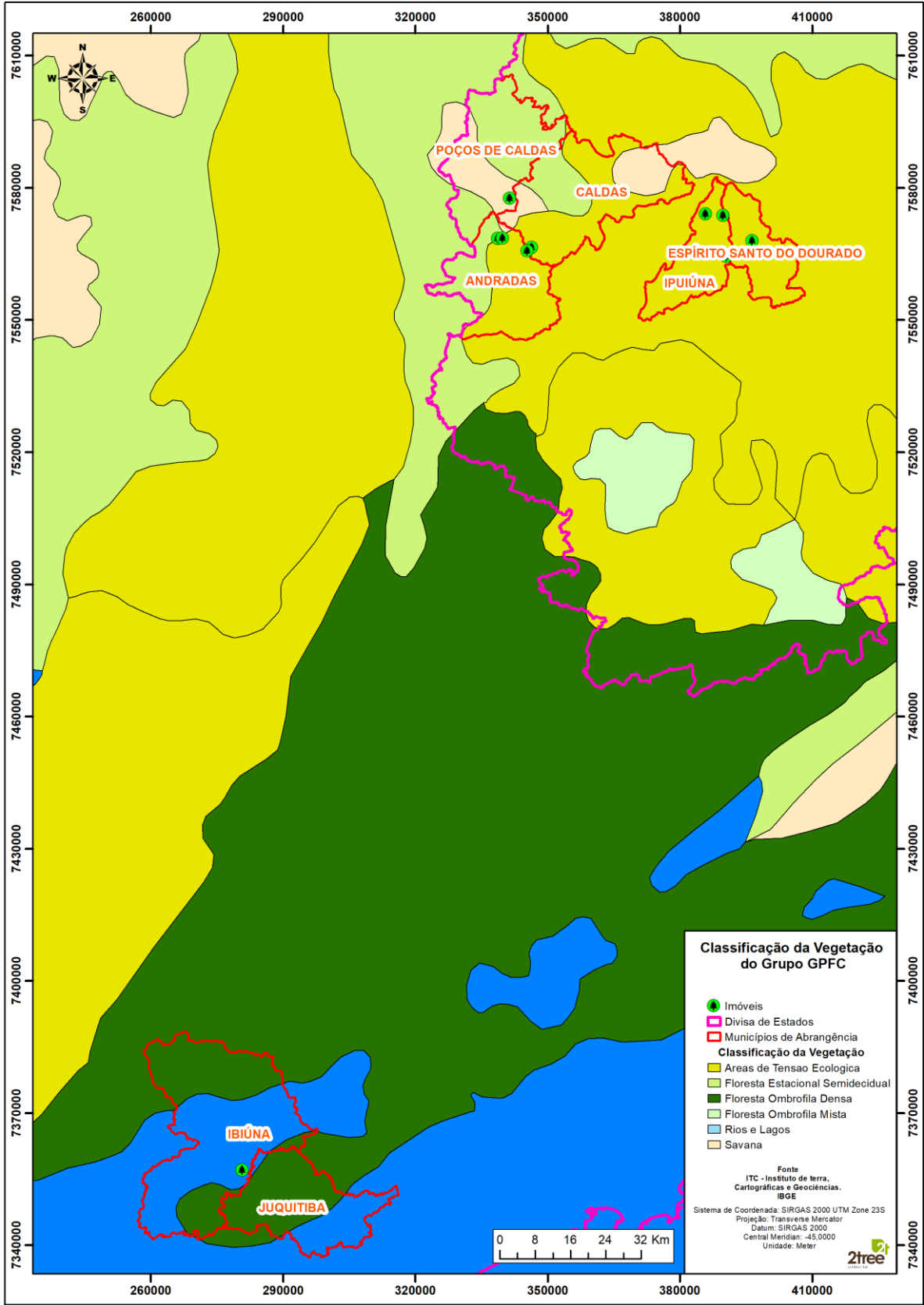
Por causa da altitude, há pinheiros (*araucária angustifolia*) em pequenos agrupamentos ou isolados na mata.

O clima de Poços é caracterizado por invernos secos e verões brandos. O período de frio, de abril a setembro, tem temperatura média de 15° C e total de chuvas de 315 mm. No calor, de outubro a março, a temperatura média é de 21° C e as precipitações, de 1430 mm. A temperatura média anual é de 17° C. Já a temperatura mínima pode chegar a -6° C e, a máxima, a 31,7° C. O índice pluviométrico anual é de 1745 mm.

Fontes: IBGE 2021. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=450017&view=detalhes>>. Acesso em 19/10/2021.

Na Figura 2, pode se identificar a classificação da vegetação onde estão inseridos os imóveis dos produtores florestais integrantes do GPFC.

Figura 2: Caracterização da vegetação na região de abrangência do GPFC



Fonte: 2Tree Ambiental

2.3.3 Fauna e Flora

A região na qual estão os empreendimentos certificados, possui vasta diversidade de fauna e flora. Verificou-se a ocorrência de 394 espécies de animais e 225 espécies de plantas, após avaliação de material bibliográfico de caráter secundário, considerando raio de 25 km dos imóveis certificados. Para a Flora, destaca-se a *Cedrela odorata* (Cedro do Brejo), *Aspidosperma cylindrocarpon* Müll. Arg. (peroba-poca) e *Cariniana legalis* (Mart.) Kuntze (jequitibá-rosa) como ameaçada de extinção e com ocorrência na região dos imóveis certificados, mais especificamente em Ipuíúna.

No quesito fauna, destaca-se a ocorrência de *Automolus leucophthalmus* (Barranqueiro de olho branco), *Synallaxis ruficapilla* (Pichororé) e *Urubitinga coronata* (Águia cinzenta) todos ameaçados de extinção pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira, 2018, assim como o *Chrysocyon brachyurus* (Lobo Guará), *Thamnophilus caeruleus* (Choca da Mata) e *Thamnophilus caeruleus* (Choca da Mata), apontados como vulneráveis.

Fonte: Livro Vermelho. ICMBio. 2018. Acesso em 20/05/2019 <<http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article/10187>> WikiAves. Acesso em 20/05/2019 <www.wikiaves.com.br/especies_local.php>. SpeciesLink. Acesso em 20/05/2019 <<http://www.splink.org.br/index?lang=pt>>. Diagnóstico de Biodiversidade para três propriedades rurais destinadas ao cultivo de Eucalyptus spp localizadas na Mesorregião Sul-Sudeste de Minas Gerais. Internacional Paper. Mogi Guaçu, SP. 2016. <https://www.taxeus.com.br/lista/13950>, Diagnóstico de Fauna e Flora da Fazenda Casa Grande fev/20.

2.3.4 Caracterização da vegetação

O planalto de Poços de Caldas está inserido no domínio da Mata Atlântica, que é considerada uma área extremamente diversificada, acredita-se que abrigue de 1 a 8% da biodiversidade mundial, porém, com alto grau de vulnerabilidade.

Na região podem ser observadas formações florestais, campos de altitude e afloramentos rochosos. As formações florestais podem ser classificadas como Floresta Estacional Semidecidual Montana.

Conforme a Nota Explicativa do Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428 de 2006, os campos de altitude possuem vegetação herbácea ou herbácea/arbustiva, sendo característicos de regiões de clima temperado, tropical ou subtropical, ocorrendo em locais com altitudes elevadas, como, por exemplo, serras, planaltos e ambientes montanos (faixas de altitude: de 600 a 2.000 m nas latitudes entre 5° N e

16° S; de 500 a 1.500 m nas latitudes entre 16° S e 24° S; e de 400 a 1.000 m nas latitudes acima de 24° S) e alto montanos (altitudes maiores que os limites estabelecidos para o ambiente montano).

Nesse contexto, os campos de altitude estão localizados tanto na região do Planalto Sul-Brasileiro quanto em altas altitudes do sudeste brasileiro, entre 1600 e 1800 m, sendo diferenciados em campo limpo (com predominância de gramíneas e ciperáceas, sendo possível, ainda, encontrar herbáceas pertencentes a várias outras famílias) e campo sujo (além de ocorrer gramíneas e herbáceas, também ocorrem espécies arbustivas e gravatás).

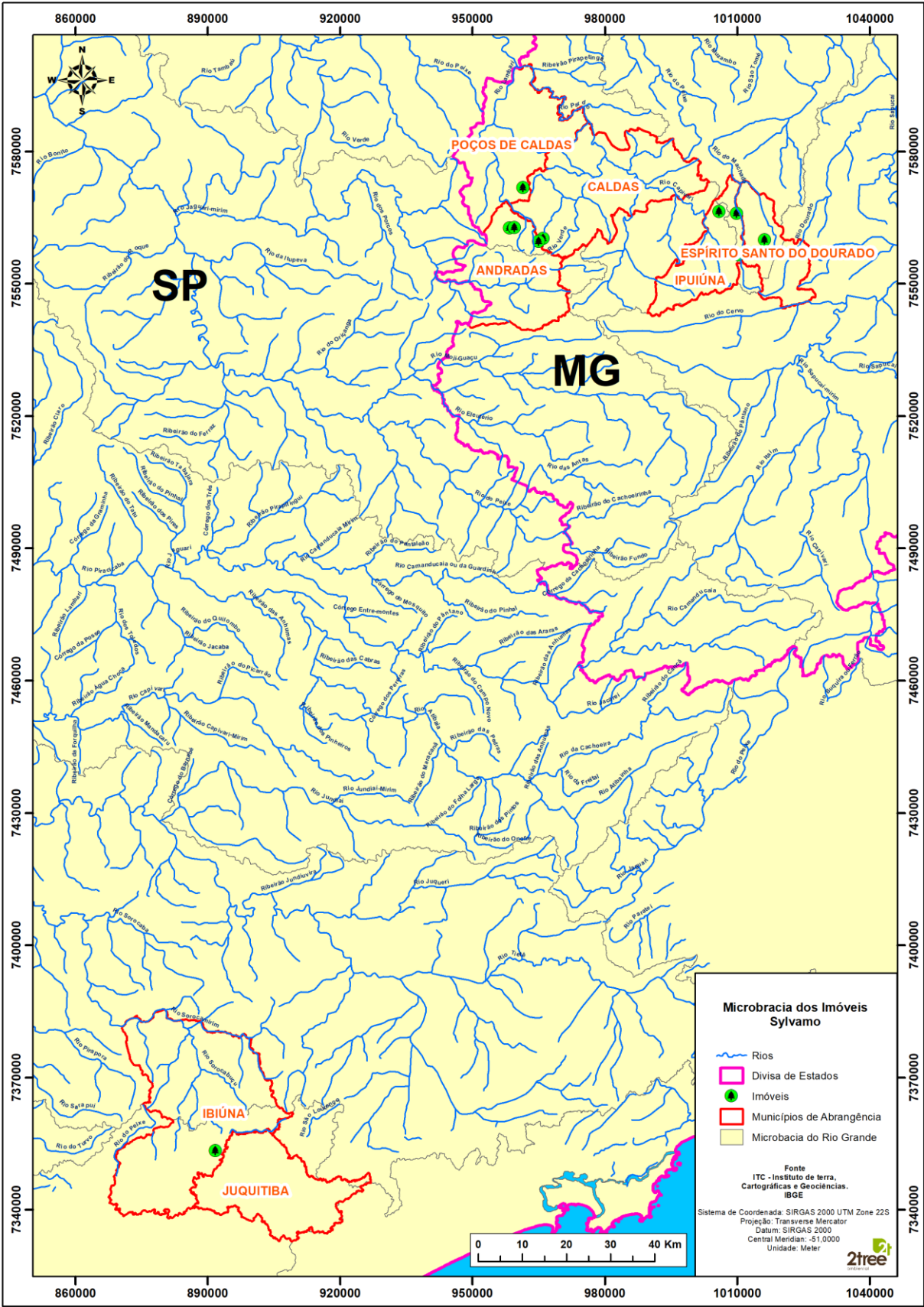
Fonte: DE CALDAS, REGNELL E. A. PROVÍNCIA. A CONTRIBUIÇÃO DE ANDERS FREDRIK REGNELL AO CONHECIMENTO DA FLORA DO SUL DE MINAS GERAIS. CARMINO HAYASHI DIEGO DE SOUZA SARDINHA, p. 126.

2.3.5 Recursos Hídricos

Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA) para que ocorra a gestão sobre os recursos hídricos de cada bacia, foram criados os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), essa reunião de representantes das comunidades e do poder público, foram divididas em 35 comitês. Os municípios Andradas, Caldas, Ipuiúna, Espírito Santo Dourado e Poços de Caldas pertencem a Bacia Hidrográfica do Rio Grande. Na Figura 3 pode-se observar a microbacia da região dos imóveis certificados.

Fonte: <https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica/minas_gerais >. ANA, 2018. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande – PIRH-Grand

Figura 3: Microbacia da região dos imóveis certificados.



Fonte: 2Tree Ambiental

2.3.6 Levantamento Meteorológico

O clima predominante no Estado de Minas Gerais é o clima tropical com inverno seco, embora também apresente, em algumas áreas, o clima subtropical de altitude e o clima tropical úmido. O clima tropical com inverno seco se caracteriza por apresentar uma estação chuvosa no verão, nos meses de novembro a abril, e nítida estação seca no inverno, nos meses de maio a outubro, sendo julho o mês mais seco. A temperatura média do mês mais frio é superior a 18°C. As precipitações são superiores a 750 mm anuais, atingindo 1800 mm.

A estação meteorológica de Minas Gerais que abrange os imóveis certificados é a estação automática de CALDAS - A530 (MG). Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) os dados registrados em 08/06/2020 apresentam a temperatura máxima de 25,2°C, temperatura mínima de 22,9°C, umidade de 61% e precipitação 0,0 mm.

3. GESTÃO FLORESTAL

3.1. Objetivos do Manejo Florestal

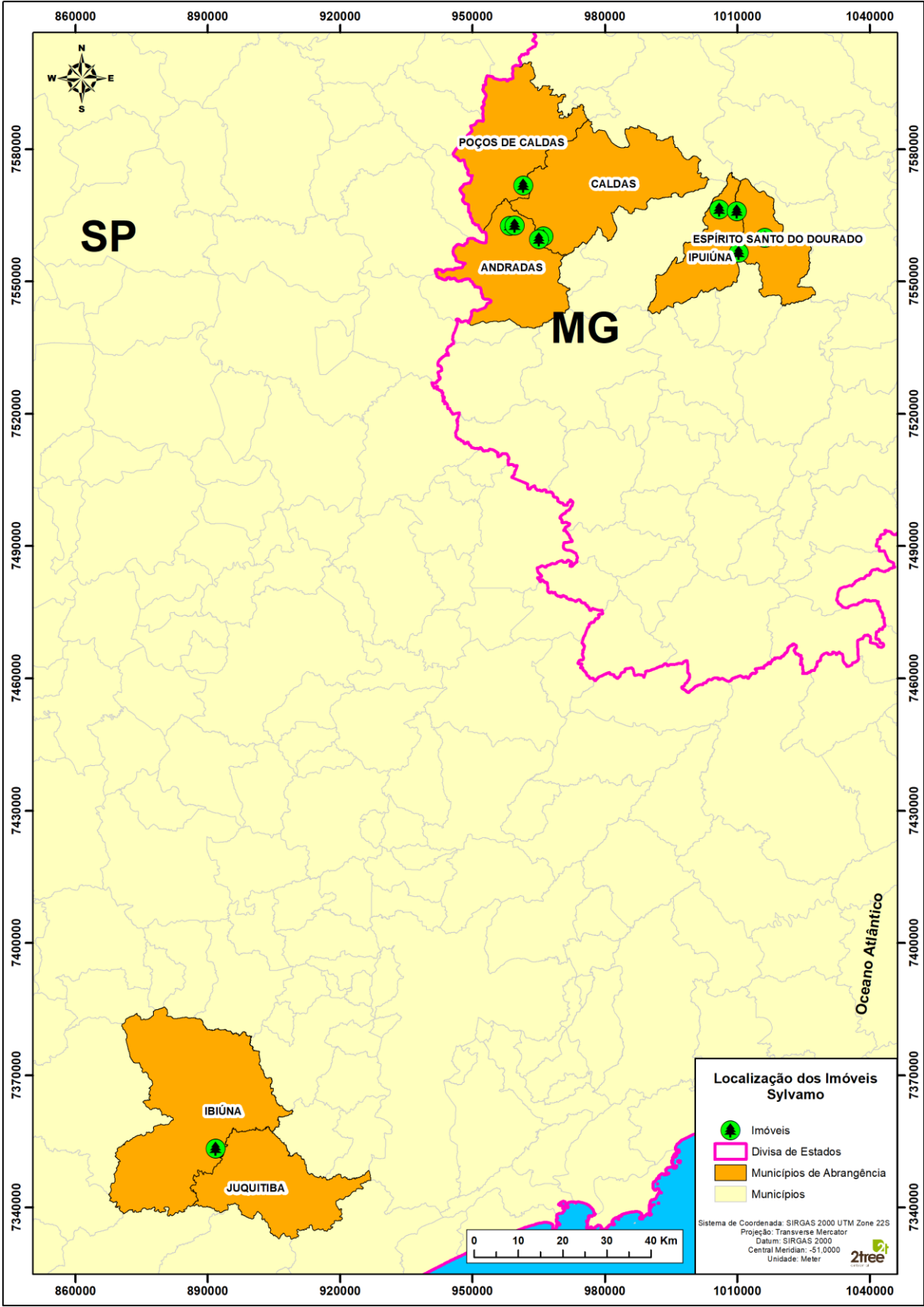
O objetivo principal do manejo florestal dos Produtores Florestais integrantes do grupo de certificação é a produção de madeira de Eucalipto para uso múltiplo, comprometendo-se com a produção de alta qualidade e baixo custo, de modo a garantir a viabilidade econômica da atividade, ao mesmo tempo em que zela pelos aspectos socioambientais de sua área de influência. Busca-se:

- Utilização das informações desenvolvidas pelo intenso programa de pesquisa em tecnologia florestal realizado pela Sylvamo do Brasil;
- Aprimoramento das metodologias e ferramentas de planejamento florestal de forma a garantir a racionalidade do uso de terras e florestas;
- Implantação das melhores práticas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho em suas atividades atuando em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Pacto Global, pelos acordos internacionais aos quais o Brasil é signatário (CITES, OIT, Convenção da Diversidade Biológica, ITTA, Convenção das Mudanças Climáticas) e pelos Sistemas de Certificação Florestal.

3.2. Base Florestal

Os plantios comerciais dos Produtores Florestais integrantes do grupo de certificação estão localizados na região Sul/Sudoeste de Minas Gerais que faz parte da área de influência da Sylvamo do Brasil. A distância média de transporte de madeira entre os plantios dos Produtores Florestais do grupo de certificação e a fábrica da Sylvamo do Brasil - Unidade de Mogi Guaçu é de cerca de 133 km. Na Figura 4 pode-se observar a distribuição espacial dos empreendimentos que compõe o GPFC.

Figura 4- Distribuição espacial das Unidades de Manejo Florestal componentes do GPFC



Fonte: 2Tree Ambiental

3.3 Justificativa do Manejo Florestal

Assegurar a sustentabilidade da propriedade, baseado na manutenção de suas atividades operacionais e econômicas ao longo prazo, auxiliando no desenvolvimento da comunidade local e mantendo as condições do meio ambiente para seu uso pelas gerações futuras.

3.3.1 Tecnologia Florestal

Através de pesquisas e experimentos a área de Tecnologia Florestal da Sylvamo do Brasil gera conhecimentos, informações, metodologias e produtos que contribuem para a melhoria contínua da produtividade florestal das áreas dos Produtores Florestais. Sendo também repassados aos produtores as informações e novos produtos oriundos da equipe de melhoramento genético e florestal da empresa.

3.3.2 Controle de Pragas e Doenças

O sistema de controle de pragas e doenças empregado pela Sylvamo do Brasil é repassado aos produtores florestais do GPFC consiste na implementação de diferentes métodos de controle, que utilizam de forma planejada e harmônica processos químicos, físicos, biológicos e culturais, assegurando a produtividade, a proteção ambiental e a segurança das pessoas envolvidas.

Os produtores florestais, com base em experiência ou em informações técnicas disponíveis, compartilhadas por outras empresas ou organizações, pode aplicar em seus imóveis, as atividades para controle de pragas e doenças.

Os produtores florestais integrantes do GPFC, só utilizam, nas áreas manejo florestal, defensivos químicos seletivos homologados pelos órgãos competentes e não-integrantes da lista de produtos banidos pelo FSC®.

3.3.3 Pesquisa e Desenvolvimento

Utilizando técnicas de melhoramento genético, a empresa fomentadora busca aprimorar a qualidade e a produtividade das florestas. Na Sylvamo do Brasil são desenvolvidas pesquisas para os gêneros Eucalipto. Resultados obtidos com a aplicação do melhoramento genético, nos últimos anos:

- Melhoramento Genético e Clonagem de Eucalipto;

- Biotecnologia.

3.3.4 Espécie

Os imóveis pertencentes ao grupo de produtores florestais contam com plantios comerciais de uma espécie arbórea de caráter exótico - Eucalipto, a qual é utilizada para as mais diversas finalidades. Na região de atuação, principalmente para a extração de celulose.

As espécies são selecionadas de acordo com a orientação técnica da equipe de fomento florestal, avaliando características edafoclimáticas de cada propriedade.

3.3.4.1 Eucalipto

As mudas de *Eucalyptus* cedidas para os programas de fomento florestal seguem os preceitos de avaliação regional, visando características produtivas e fitossanitárias.

Desta forma, os clones adaptados a esta região são: *E. urograndis*, *E. uroglobulus* ou ainda para plantios acima de 7 anos, podem ser considerados também o *E. grandis* oriundo de sementes.

3.3.5 Execução e Manutenção de Estradas

Os sistemas viários, compostos pelas estradas, carregadores, aceiros e obras de arte, são realizados com base nos ditames do procedimento específico do grupo de certificação.

Na abertura de novas estradas e na melhoria das existentes nas áreas dos Produtores Florestais são utilizados cuidados construtivos para minimizar os impactos da atividade aos solos, destacando-se:

- Ter as estradas, caminhos e aceiros com a menor extensão e largura necessárias para atender às necessidades;
- Estradas localizadas na linha do divisor de águas ou em nível, evitando ao máximo trecho pendente;
- Favorecer a tendência natural do escoamento e evitar a concentração da água;

- Dimensionar, confeccionar adequadamente e manter em condições adequadas as obras necessárias à drenagem (saídas d'água, bueiros, caixas de infiltração, lombadas);
- Evitar pontos de travessia de cursos d'água; solos instáveis e áreas de conservação e de preservação permanente (Reserva Legal e APP);
- Manter o leito e os taludes laterais estáveis e vegetados (no caso de taludes de aterro);
- Manter as condições de cobertura e de capacidade de infiltração das áreas adjacentes, tanto para diminuir a quantidade e velocidade da água que chegue à estrada, como também para ter condições de receber a água de escoamento sem causar processos erosivos.

3.6 Operações Florestais

Em geral, as operações voltadas à silvicultura são realizadas por empresas prestadoras de serviço ou pela Sylvamo do Brasil, a atividade é controlada e monitorada pelo contratante e pelo administrador do grupo.

A contratação de qualquer serviço relacionado às atividades florestais segue os preceitos do procedimento PO-020- Gestão de Terceiros.

3.7 Aspectos e Impactos das Operações Florestais

As operações florestais englobam diversas atividades, as quais envolvem aspectos e impactos influentes no meio ambiental e social.

Buscando precaver-se de situações adversas e minimizar ou mitigar possíveis impactos gerados pelas atividades silviculturais, faz-se uma análise detalhada de cada uma das operações, seus aspectos e impactos. As informações são sintetizadas no documento referência: Matriz de Aspectos e Impactos Sociais da Atividade Florestal, onde são descritos os procedimentos operacionais e suas particularidades.

Sempre que necessário, faz-se revisão do documento para atualização de dados, inclusão de processos e informações relacionadas as operações de cunho florestal que gerem aspectos/ impactos, bem como seus graus de significância.

4. Gestão Ambiental e Salvaguardas Ambientais

4.1 Atendimento a Situações de Emergência

Buscando a manutenção e melhoria da disponibilidade dos recursos naturais, o GPFC, busca realizar atividades e implantar em suas unidades de manejo ações para mitigar e/ou reduzir os impactos negativos e ampliar a ocorrência dos positivos, potencialmente gerados pela atividade silvicultural.

Para as situações de emergência que eventualmente ocorram nas áreas dos produtores florestais integrantes do grupo de certificação, deverão ser tratados de acordo com o procedimento de Programa de Controle de Emergências.

4.2 Medidas de Proteção

4.2.1 Corredores Ecológicos

De acordo com a disposição dos locais de floresta nativa dentro das unidades de manejo podemos considerá-los como corredores ecológicos, áreas que unem os remanescentes florestais possibilitando o livre trânsito de animais e a dispersão de sementes das espécies vegetais. Isso permite o fluxo entre as espécies da fauna e flora e a conservação da biodiversidade. Para tanto, os produtores florestais são orientados a preservar estes ambientes, promover recuperação ou recuo de plantio florestal quando necessário, além de outras tratativas de acordo com a realidade de cada propriedade rural.

4.2.2 Placas preventivas e de advertência

Visando informar, orientar, conscientizar todos os indivíduos que circulam dentro ou próximo às áreas de manejo, os empreendimentos possuem placas preventivas e de advertência, tais como: Proibido pescar ou caçar, área particular, mensagens de sensibilização ambiental, identificação de áreas de preservação, entre outras.

4.2.3 Vigilância do empreendimento florestal

São realizadas vistorias nas unidades de manejo dos Produtores Florestais integrantes do grupo de certificação GPFC, tanto pelos proprietários, quanto por seus funcionários, assistentes técnicos e/ou demais profissionais contratados para tal

função, a fim de monitorar o patrimônio, evitando a ocorrência de atividades não autorizadas. Quando identificada alguma interferência sem conhecimento prévio do proprietário e que possa comprometer o plantio ou qualquer outro local do imóvel, faz-se o registro da ocorrência e o procedimento a ser adotado, se necessário.

4.2.4 Proteção Contra Incêndio Florestal

No caso de ocorrência de incêndios florestais em imóveis que possuam empregados e/ou residentes, quando da observação da ocorrência, o mesmo deve entrar em contato com o produtor ou com o 0800-7738790 da Sylvamo do Brasil informando a ocorrência e solicitando o auxílio necessário. Considerando que o produtor florestal deve dotar o empreendimento de meio eficaz de comunicação, tal qual descrito nos procedimentos operacionais do GPFC e da Sylvamo do Brasil.

Além disso, foi adotada uma sistemática de distribuição do informativo com o telefone de emergência da Sylvamo do Brasil, em vizinhos dos imóveis, onde os mesmos foram orientados a entrar em contato com caso de início de incêndios florestais.

Visando maior proteção e segurança os referidos informativos foram distribuídos em todos os vizinhos dos imóveis pertencentes ao GPFC.

4.2.5 Controle de Processos Erosivos

Os processos erosivos são comumente identificados em áreas rurais, visto que a utilização do solo, era baseada nos princípios do manejo intensivo principalmente para as atividades agrícolas e para pecuária.

Como forma de minimizar estas ocorrências, promover a recuperação do solo e da vegetação nestes pontos, faz-se periodicamente monitoramento nas unidades de manejo, a fim de identificar e orientar o manejador sobre as ações adequadas para cada caso. São utilizados parâmetros específicos para estas avaliações, tais como a Matriz de Avaliação e Controle de Erosão, conforme Quadro 3, através do qual, dependendo do tipo, intensidade e severidade, indica-se ação corretiva e prazo para recuperação do local.

5. Gestão Social

O Grupo de Produtores Florestais Certificados GPFC, visando contribuir com o desenvolvimento social da região de atuação de seus integrantes, busca apoiar projetos de responsabilidade social, priorizando algumas linhas de atuação, descritas a seguir:

5.1 Identificações de partes diretamente afetadas pelo manejo

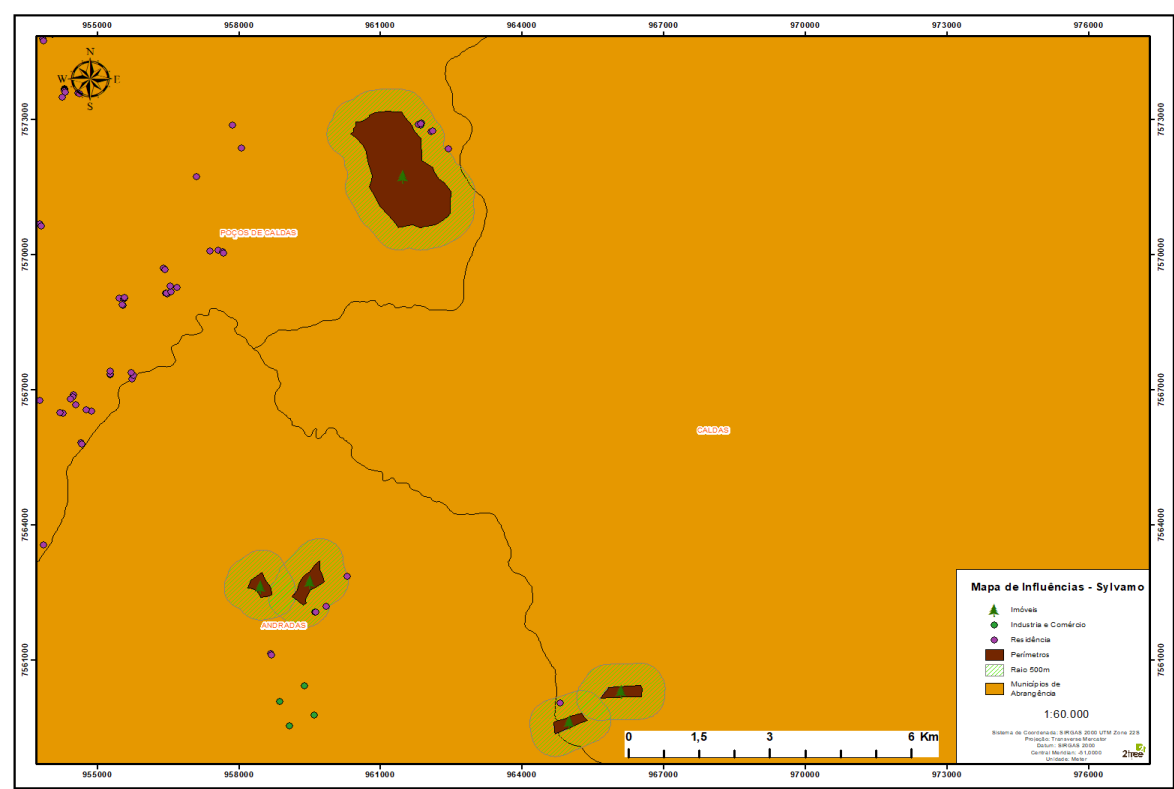
A identificação das partes diretamente afetadas é realizada por meio de consultas anuais localizadas em um raio de 500 metros a partir da borda dos plantios florestais. Os anseios identificados são analisados e tratados de acordo com os ditames dos procedimentos estabelecidos para o grupo.

Para que essa relação seja efetiva as ferramentas utilizadas pelo grupo para identificar os aspectos sociais que merecem maior atenção, são apresentados à comunidade e as partes interessadas:

- Canais de comunicação que podem ser utilizados para reclamações e sugestões;
- Diálogo ativo através de visitas pontuais, que contam com a entrega de documentos que descrevem e buscam esclarecer como funciona o processo de certificação, tais como informativos e Resumo Público do Plano de Manejo;
- Diagnóstico social, por meio do mapeamento das comunidades e vizinhos, visando manter um bom relacionamento, desenvolver uma gestão de relacionamento e definição dos métodos de engajamentos com essas partes interessadas;
- Auxiliar na detecção de problemáticas para a implantação de projetos e outras atividades para promover o desenvolvimento local e regional.

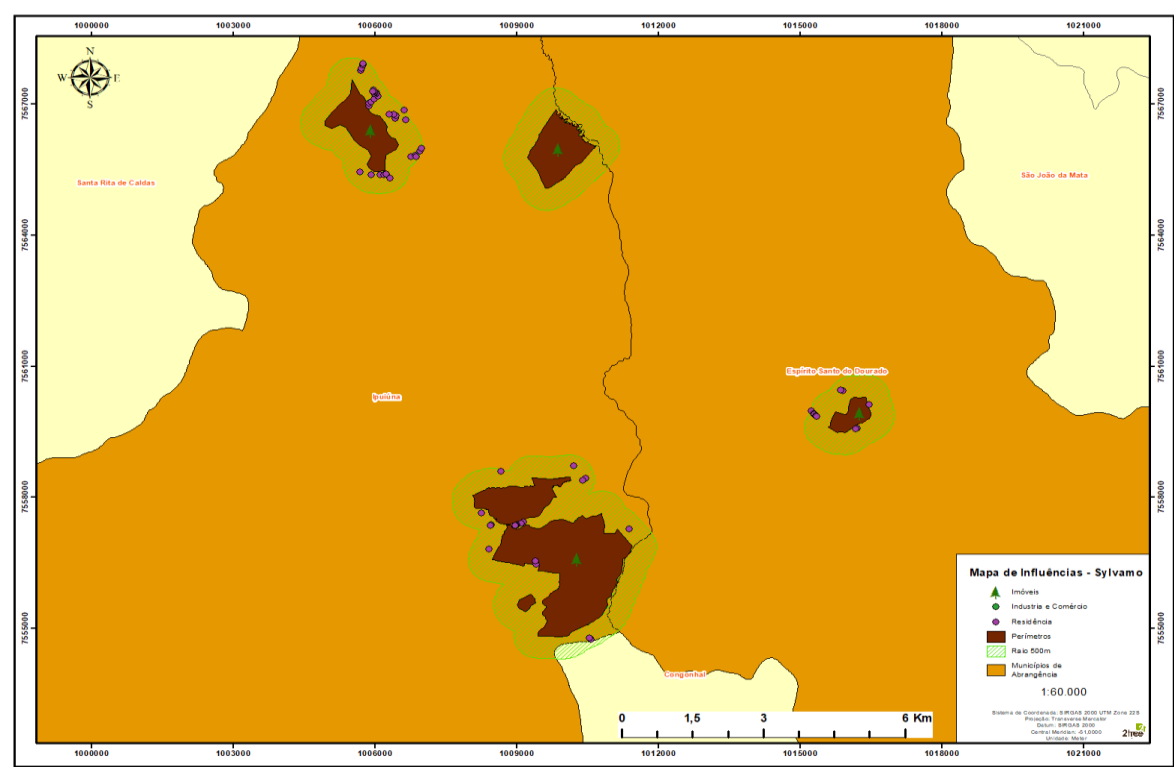
Nas Figuras 5, 6 e 7 é possível observar as partes diretamente afetadas pelas unidades de manejo do GPFC.

Figura 5: Mapa das partes diretamente afetada pelo manejo do GPFC



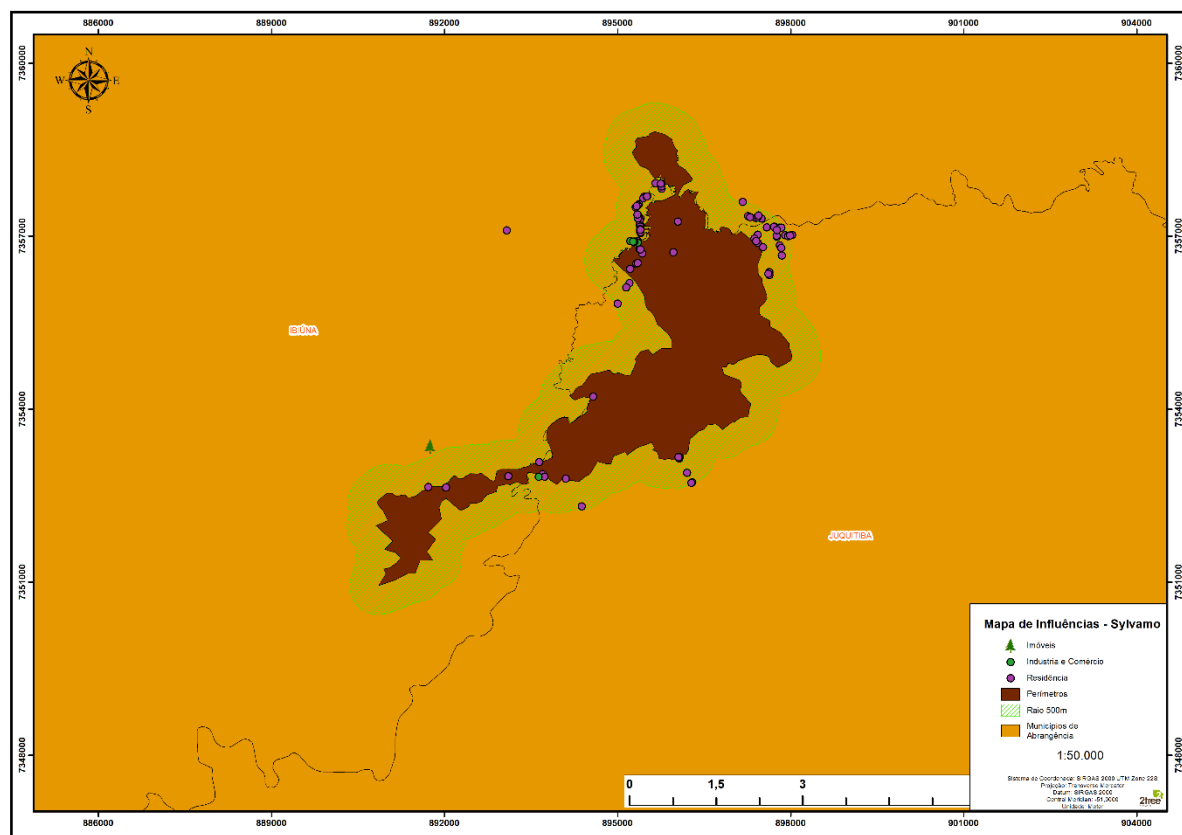
Fonte: 2 Tree Ambiental

Figura 6: Mapa das partes diretamente afetada pelo manejo do GPFC



Fonte: 2 Tree Ambiental

Figura 7: Mapa das partes diretamente afetada pelo manejo do GPFC



Fonte: 2 Tree Ambiental

5.2 Aspectos de Segurança e Saúde Ocupacional

Os Produtores Florestais integrantes do grupo, por meio de contratação de empresa especializada elaboram, revisam e controlam, individualmente, os respectivos PGRTR e PCMSO, quando existirem funcionários em suas propriedades. Das empresas prestadoras de serviço, o cumprimento dos procedimentos de segurança e da legislação aplicável ao tema também é exigido e verificado. No caso da ocorrência de um acidente de trabalho com funcionários dos Produtores Florestais, a empresa é responsável pela elaboração da documentação de Saúde e Segurança Ocupacional- SSO e pela investigação do caso, de modo a atender as necessidades de Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.

5.3 Capacitação e Qualificação Profissional, Educação e Saúde

Conforme descrito no PO-002 Manual de Certificação em Grupo, são realizados treinamentos com os produtores florestais e seus empregados diretos. Após a

realização dos treinamentos descritos no plano, são arquivados como registros as listas de presença.

Além dos treinamentos previstos no documento supracitado, os empregados dos empreendimentos recebem capacitação específica de acordo com a função por eles desempenhada, visando o aprimoramento no trabalho.

Visando avaliar as ações desenvolvidas pelo grupo, foram estabelecidos indicadores e metas de acordo com as linhas de atuação, com base nos objetivos e na capacidade de abrangência, os quais são apresentados no item 8 – Resultados de Monitoramentos.

6 Plano de Monitoramento

6.1 Monitoramentos

O plano de monitoramentos realizado pelo grupo de produtores florestais, tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento e a efetividade de todas as ações executadas, desta forma, são avaliados os aspectos ambientais, sociais e operacionais pertinentes a atividade silvicultural. Além de apontar a efetividade da gestão e acompanhar a execução de atividades nas unidades de manejo e seu entorno, os monitoramentos são fundamentais para a detecção de pontos a melhorar, contribuindo para que as tomadas de decisão sejam mais coerentes e diretas, por exemplo.

Como forma de atestar a eficácia dos monitoramentos, o grupo de produtores florestais estabeleceu para cada um dos monitoramentos metas e indicadores. Assim, é possível que periodicamente seja efetuada uma análise crítica, apontando os resultados e a coerência com as metas estabelecidas. De acordo com o resultado obtido após análise crítica, se necessário, faz-se revisão e adequação dos monitoramentos, metas e procedimentos adotados.

Os demais monitoramentos seguem o descrito no plano formal de monitoramentos.

6.1.1 Monitoramento de Impactos Ambientais e Sociais

São realizadas análises detalhadas das atividades florestais executadas nas propriedades dos produtores florestais integrantes do GPFC, verificando os aspectos

e impactos ambientais e sociais relacionados, possibilitando uma abordagem de precaução no seu planejamento e em situações adversas em que a prevenção não é possível, a minimização ou compensação dos impactos ocorridos.

Estas análises são sintetizadas na forma de planilhas com a descrição da tarefa realizada, o aspecto identificado, o detalhe do aspecto e o impacto gerado. A avaliação é realizada considerando diversos critérios, tais como incidência, situação, temporalidade, entre outros, possibilitando determinar e classificar sua criticidade.

Para o levantamento destes aspectos e impactos são utilizadas ferramentas como as auditorias internas, e os monitoramentos pós e pré-colheita. Para a gestão destas variáveis, são consideradas como diretamente afetadas as áreas localizadas numa faixa de 500 metros a partir da borda dos plantios de eucalipto, bem como o percurso (vias) utilizado para transporte de madeira.

6.1.2 Monitoramento de Produtos Químicos

O uso de produtos químicos por parte dos produtores florestais integrantes do grupo de certificação é realizado com base nas regras operacionais descritas no procedimento PO-017-Formação e manutenção de plantio. Ressalta-se que todos os produtos utilizados são autorizados pelos órgãos ambientais competentes e atendem as recomendações técnicas descritas em seu receituário e bula, sendo devidamente adotados os cuidados inerentes à saúde humana. Em geral, os químicos utilizados são para:

- a) Controle de formigas cortadeiras;
- b) Controle de mato competição.

Deve ser utilizado nos plantios florestais somente produtos químicos com ARAS e autorizados pelo organismo certificador, dosagem e orientação sobre forma de aplicação deve ser recomendada por profissional técnico competente. Os profissionais de campo, que aplicam os produtos no plantio devem possuir treinamento atualizado condizente com atividade e EPI adequado.

6.1.3 Atendimento à legislação

A sistemática de controle de atendimento à legislação, consiste em um sistema informatizado que gerencia toda a atualização da legislação nas esferas estadual, federal e municipal, através de empresa técnica especializada neste serviço.

Faz-se também análise de certidões e acompanhamento de tratativas quando registrados débitos, por profissional qualificado dedicado a avaliação do escopo.

7. AAVC - Áreas de Alto Valor de Conservação e Relevante Interesse Ecológico

7.1 Atributos para identificação de Áreas de Alto Valor para Conservação

As Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC) representam áreas, naturais ou manejadas, que possuam valores excepcionais ou de importância crítica, atendendo aos objetivos de conservação de espécies e ecossistemas raros e/ou com funções sociais e culturais relevantes. Estas áreas devem ser grandes o suficiente, e manejadas em baixa intensidade, de modo que os processos ecológicos naturais e sociais continuem ocorrendo.

A avaliação para identificação das áreas de alto valor de conservação segue os critérios definidos pelo organismo certificador, conforme princípio 9 (Manutenção de florestas de alto valor de conservação).

7.2. Resultados AAVCs

A chave para a determinação de uma AAVC é a ocorrência de pelo menos um dos seis tipos de Alto Valor de Conservação (ACV), a saber:

- ACV1: Concentrações significativas – globalmente, regionalmente ou nacionalmente – de valores de biodiversidade;
- ACV2: Grandes áreas florestais em nível de paisagem, de significância global, regional ou nacional;
- ACV3: Áreas florestais que estão inseridas ou que contenham ecossistemas ameaçados ou em perigo de extinção;
- ACV4: Áreas florestais que fornecem serviços ambientais básicos em situação crítica;
- ACV5: Áreas florestais fundamentais para manter as necessidades básicas de comunidades locais;
- ACV 6: Áreas florestais críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais.

No início de 2016 o GPFC iniciou a aplicação de um questionário de vizinhança acerca de Áreas de Alto Valor de Conservação com importância sociocultural, funções

sociais essenciais na sua região de atuação e diagnóstico ambiental. Este trabalho buscou identificar os atributos, ACV1, ACV2, ACV3, ACV4, ACV5 e ACV6 nas áreas dos produtores florestais certificados.

Identificou-se no imóvel integrante do grupo de certificação florestal, denominado “Fazenda Santa Fé” uma mina d’água utilizada para o abastecimento público de membros da comunidade Muro de Pedra, situada no município de Ipuiúna-MG. Após entrevistas com os membros da comunidade e consulta a materiais orientativos, determinou-se que a área se mantém caracterizada como AAVC de acordo com o **atributo 5 - Áreas florestais fundamentais para manter as necessidades básicas de comunidades locais.**

Visando a manutenção e/ou melhora do atributo de AAVC, definiu-se conforme Quadro 1 os Aspectos, Impactos e suas respectivas Medidas Protetoras.

Quadro 1 - Aspectos, Impactos e suas respectivas Medidas Protetoras

PROCESSO	ATIVIDADE GERADORA	AGENTE CAUSADOR	ASPECTO	IMPACTO	MEDIDAS PROTETORAS
COLHEITA (Derrubada, Arraste e Processamento)	Derrubada mecanizada de arvores	Atividade operacional	Supressão de vegetação nativa	Alteração na qualidade da água	As derrubadas das árvores devem ser direcionadas no sentido oposto dos remanescentes de vegetação nativa
	Derrubada mecanizada de arvores	Atividade operacional	Danos e obstrução de estradas	Impedimento do acesso das partes interessadas	As pilhas de madeira devem ser condicionadas em áreas pré-definidas nos talhões florestais. Os resíduos florestais devem ser condicionados de forma a melhorar as características físicas do solo.

	Arraste de madeira	Atividade operacional	Supressão de vegetação nativa	Alteração na qualidade da água	O arraste deve ser realizado em curtos espaços, evitar esta operação em períodos chuvosos, e não se estender aos remanescentes de vegetação nativa.
	Preparação de estradas secundárias	Atividade operacional	Interrupção da via	Impedimento do acesso das partes interessadas	As atividades devem ser realizadas em curtos períodos, devidamente sinalizadas, em períodos sem fluxos intensos de partes interessadas.
	Preparação de estradas secundárias	Atividade operacional	Assoreamentos e acúmulo de sedimento de estradas	Alteração na qualidade da água	As aberturas de estradas e caixas de contenção não poderão ser estendidas aos remanescentes de vegetação nativa, e instalar pontos de drenagem em áreas com declives acentuados para evitar o transporte de sedimentos nos corpos d'água.
	Programas Socioambientais	Investimentos	Conscientização socioambiental	Capacitação de partes interessadas	Contato com vizinhos e comunidades sobre cuidados necessários para preservação dos recursos naturais.
	Programas Socioambientais	Investimentos	Conscientização socioambiental	Capacitação da mão de obra	Contato com colaboradores das operações florestais sobre cuidados necessários para

					preservação dos recursos naturais.
Silvicultura	Atividades de silvicultura	Atividade operacional	Preparo de solo	Alteração da qualidade da água	Impedir que a movimentação de solo e resíduos florestais se estendam aos remanescentes de vegetação nativa e corpos d'águas.
	Atividades de silvicultura	Atividade operacional	Aplicação de defensivos químicos	Alteração da qualidade da água	Impedir que os manuseios dos defensivos químicos se estendam aos remanescentes de vegetação nativa e corpos d'águas.
	Atividades de silvicultura	Atividade operacional	Adubação química	Alteração da qualidade da água	Impedir que o manuseio da adubação química se estenda aos remanescentes de vegetação nativa e corpos d'águas.
Carregamento / Transporte	Transporte de Madeira / tráfego	Atividade operacional	Compactação do solo	Alteração da capacidade da infiltração do solo	Os veículos pesados devem trafegar somente nas áreas carroçáveis, destinadas a saída da madeira.
	Transporte de Madeira / tráfego	Resíduos de óleos e graxas	Resíduos Classe I	Contaminação do solo e lençol freático	Realizar as manutenções preventivas de veículos e máquinas para evitar derramamentos de óleo, e utilizar sistemas de contenção para guarda de resíduos contaminados.

Fonte: 2Tree Ambiental

O diagnóstico e demais atividades relacionadas a área de alto valor de conservação, encontra-se disponível no rol de documentos do grupo de produtores certificados para eventuais consultas.

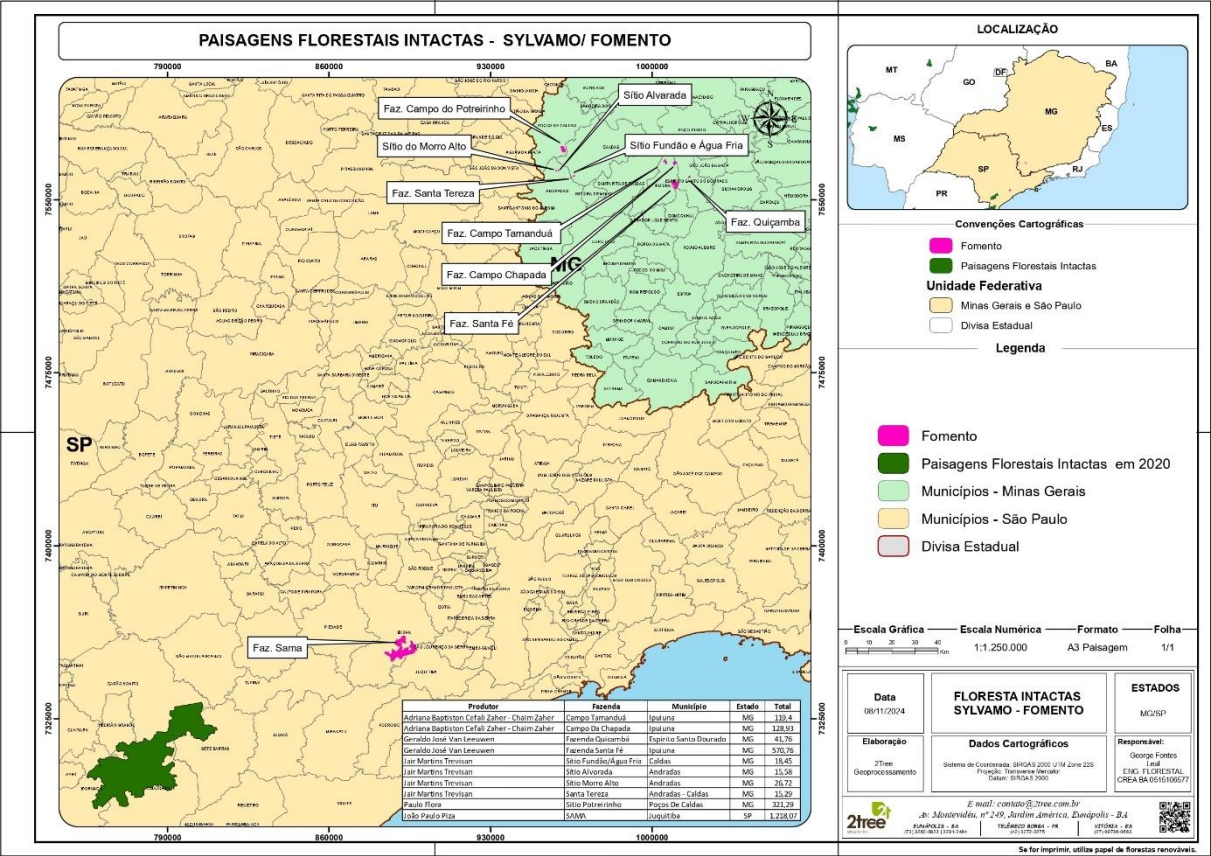
7.2.3 Florestas Intactas (IFL)

O GPFC não realiza manejo em áreas de Florestas Intactas (IFLs), que são florestas com baixa intervenção humana e alta integridade ecológica. As áreas de manejo do grupo são voltadas para o plantio de Pinus e Eucalipto, respeitando os princípios do FSC e o compromisso com a sustentabilidade, sem impactar as florestas naturais não degradadas.

Embora o GPFC não atue em IFLs, conforme Figura 8, adota práticas de conservação e restauração em áreas de alta biodiversidade e áreas de alto valor de conservação (AAVCs). Isso inclui a proteção de remanescentes de vegetação nativa e a implementação de medidas de gestão sustentável, como corredores ecológicos e controle de incêndios florestais.

O Global Forest Watch é uma ferramenta usada para monitorar a integridade das florestas, incluindo IFLs, e auxilia o GPFC no acompanhamento das áreas ao redor de suas operações. Embora não tenha UMFs em IFLs, o monitoramento contínuo dessas áreas reforça o compromisso do grupo com a gestão responsável e a preservação ambiental.

Figura 8 - Mapa de Florestas Intactas (IFL)



Fonte: 2Tree Ambiental

8. Resultados de Monitoramentos

Os monitoramentos foram estabelecidos com o objetivo de fornecer subsídios para a tomada de decisão no que tange o manejo florestal e a proteção física das propriedades dos Produtores do GPFC. No Quadro 2, estão descritos os indicadores e metas de cada monitoramento e os resultados obtidos até o momento.

Quadro 2 - Resultado dos monitoramentos realizados pelo GPFC

Responsável	Monitoramento	Forma de registro	Indicadores	Resultados 2024/2025
GPFC	Fauna e Flora - MACRO	Relatório de monitoramentos ambientais – dados secundários e monitoramento in loco.	Número de espécies de Fauna e Flora	394 Espécies de fauna 225 Espécies de flora
GPFC	Fauna e Flora – Individual	Caderno de ocorrências de	Número de espécies	05 espécies (registro de fauna por avistamento)

		avistamento de fauna		
Sylvamo do Brasil	Legislação	Planilha	Percentual de atendimento à legislação	100% de atendimento
GPFC	Pragas e Doenças	Caderno de ocorrências	Percentual de plantios afetados	0%
GPFC	Potabilidade de água	Relatório/ Laudo	Qualidade da água utilizada	Própria para o consumo humano.
GPFC	Treinamentos e Equipamentos de Saúde e Segurança do Trabalho	Relatório/ Documentos	Porcentual de conformidade através de análise documental	100% conformidade
GPFC	Comunicado de Acidente de Trabalho - CAT	Documento	Número de Acidentes	0 acidentes
GPFC	Separação e destinação adequada de resíduo reciclável e não-reciclável.	Relatório auditoria interna	Instalação de coletores de resíduo e coleta municipal.	Os imóveis que contam com moradores dispõem de coletores para separação de resíduos recicláveis e não-recicláveis, os quais são destinados à coleta pública.
GPFC	Inventário florestal	Planilha	1 – Realização de inventário florestal pré corte. 2 – Incremento médio anual (m3/ha/ano)	Inventário pré corte realizado com IMA
GPFC	Emissão de fumaça preta	Formulário Padrão	Nível da escala Ringelmann	Até 20% de desvio
GPFC	Impactos Pré e Pós Colheita	Relatório	Tratativa de eventuais danos identificados	100% conformidade
GPFC	Vigilância da Propriedade	Relatório	Número de ocorrências	5 ocorrências
GPFC	Plano para Diagnóstico, Avaliação e	Relatório	Matriz de Erosão, percentual de recuperação de	Os processos erosivos existentes foram identificados e estão sendo tratados de

	Correção de Processos Erosivos		processos erosivos	acordo com as orientações do relatório de auditoria interna.
GPFC	Espécies Vegetais Exóticas Invasoras	Relatório	Delineamento dos pontos com invasão de espécies exóticas e plano de ação para retirada quando oportuno.	100% das áreas com espécies invasoras foram devidamente mapeadas e o plano de ação formalizado em relatório de auditoria interna.
GPFC	Ações Sociais	Relatório	1 – Campanha informativa com as comunidades ao entorno dos imóveis pertencentes ao GPFC 1. 2 – Realização de ação divulgação de cursos profissionalizantes, relacionados a capacitação dos trabalhadores do campo (Ex. SENAR). 3 – Divulgação de cursos voltados a educação, como cursos técnicos e de graduação.	1 – Realização de campanha informativa de saúde com as comunidades rurais. 2 – Realização de divulgação de cursos de capacitação profissional da região. 3 – Divulgação de cursos técnicos e de graduação.
GPFC	Auditoria Interna	Relatório	Tratativa das ações corretivas e preventivas registradas	100% das tratativas dentro dos prazos previstos.
GPFC	Registros de Ocorrências	Planilha	Percentual de respostas aos contatos recebidos	100% de atendimento
GPFC	Comunicação com partes interessadas	Planilha	Percentual de respostas aos contatos recebidos	100% de atendimento

Fonte: 2Tree Ambiental

9. LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

9.1 Marcos regulatório pertinentes em nível nacional

- Constituição Federal de 1988
- Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012);
- MP 1.956-53/00 – restauração das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.);
- Lei Federal 5.197/67 (Lei de Fauna);
- Lei Federal 6.938/81: estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Federal 7.754/89 – política agrícola;
- Lei Federal 7.802/89 (reg. pelo Decr. Fed. 4.074/02) – agrotóxicos;
- Lei Federal 8.171/91 – Reserva Legal. MP 1.956-49/00 revoga art. 99 (recomposição da Reserva Legal);
- Lei Federal 9.393/96 e Port. IBAMA 162/97: ITR;
- Lei Federal 9.605/98 (Lei de crimes ambientais);
- A Lei 9.985/00: SNUC;
- Lei 10.267/01: Georreferenciamento de imóveis rurais;
- Lei 11.428/06 - Lei da Mata Atlântica;
- Decreto s/n. de 05/09/91: lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas;
- Decreto 750/93;
- Decreto nº 2.519 de 16/3/1998;
- Decreto 3.607 de 21/09/2000;
- Decreto 5.570/05 – CNIR (cadastro nacional de imóveis rurais);
- Decreto 6.660/08: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- Decreto 6.514/08 - infrações e sanções administrativas ao meio ambiente;
- Decreto 50.877/61;
- MTb-NR 2; 3; 4; 5; 6; 7; 9; 11; 12; 15; 16; 20; 21; 31 (normas regulamentadoras pertinentes à atividade);
- Portaria IBAMA 84/96: agrotóxico
- Res. CONAMA 23/96 – define resíduos perigosos;

- Res. CONAMA 237/97: licenciamento ambiental requerido para atividades industriais, agrícolas, florestais, infraestrutura viária e cascalheiras;
- Res. CONAMA 275/01 – código de cores para a coleta seletiva de resíduos;
- Resolução CONAMA 278/01: Proíbe o corte de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica;
- Resolução CONAMA 303/02 - Preservação Permanente. (Revoga a Res. CONAMA 04/85);
- Resolução CONAMA 357/05– estabelecimento de carga poluidora máxima para cada classe de uso (revoga a Res. CONAMA 20/86);
- Res. CONAMA 429/11- dispõe sobre a metodologia de recuperação de APPs;
- Res. CONAMA 10/93 – manguezais;
- Res. CONAMA 07/96 – restingas;
- Recolhimentos previdenciários - Instrução Normativa nº 100/2003 do INSS;
- Lei nº 8.036/90: Recolhimentos para o FGTS;
- Recolhimentos aos órgãos corporativos (Contribuição Sindical).
- Decreto nº 5.051/2004 – promulga a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (posteriormente atualizado pelo Decreto nº 10.088/2019, que consolida tratados de direitos humanos).
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, 2007).
- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Decreto nº 7.747/2012 – estabelece diretrizes para a proteção ambiental, uso sustentável e valorização sociocultural em terras indígenas.
- Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, Decreto nº 2.519/1998) – reconhece o papel das comunidades tradicionais e indígenas na conservação e uso sustentável da biodiversidade.

10. CONTROLE DE REVISÕES

Ano de elaboração:	2016
Versão Atual:	10
Data da última revisão:	01/09/2025
Data próxima revisão:	29/12/2025